

3

CAPÍTULO

TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

Ana Samilly Alexandre Moreira¹

Luma Rodrigues de Oliveira²

Cynthia Studart Albuquerque³

3.1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica que teve como objetivo analisar as transformações contemporâneas do capital e suas implicações para as políticas sociais.

1 Graduanda do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: samillyifce@hotmail.com, (88) 9972-6608.

2 Graduanda do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: lumaoliveira_ll@yahoo.com.br, (88) 9762-3249.

3 Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Docente do curso de Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Contato: cynthiastudart@yahoo.com.br, (85) 9921-3335.

O capital, em busca de reestabelecer sua taxa de lucratividade desde as décadas de 1980 e 1990 do século XX, se apoia em um tripé que dá sustentabilidade à nova forma de acumulação de capital, ou seja, acumulação produtiva: a reestruturação produtiva, com mudanças nas formas de produzir, na recomposição do exército industrial de reserva bem como a desregulamentação das condições trabalhistas; a mundialização do capital a partir das estratégias de financeirização para obtenção de mais lucros; e as investidas neoliberais que atingiram os Estados-Nacionais que, tencionados pela crise dos anos de crescimento do capital, outrora marcados pelo alargamento dos direitos e políticas sociais com base no modelo fordista⁴ de produção atrelada ao modelo keynesiano,⁵ passam de um Estado interventor para práticas de cunho liberal.

Não se pode desconsiderar que no Brasil esses processos se configuraram de forma diferente, haja vista que não tivemos situação de pleno emprego. Nesse contexto vivíamos a crise do Estado desenvolvimentista que ampliou o mercado interno de produção e consumo, segundo Behring (2006, p. 1), “sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social democrata e do *welfare state*”, tendo, portanto, uma série de fatores agravados, principalmente no que diz respeito às condições de vida e trabalho da classe operária.

As consequências dessa ascensão das investidas de cunho liberal pelo Estado refletem-se sobremaneira nos gastos sociais, que são cada vez mais reduzidos, chegando muitas vezes a retroceder no que diz respeito aos direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores. As políticas sociais são o exemplo mais contundente dessa nova dinâmica do capital que, pela diminuição na participação orçamentária, têm perdido o caráter universal e se tornado cada vez mais focalizadas e seletivas.

Nesse sentido nos deteremos em uma discussão inicial, tendo em vista a complexidade dessa temática, analisando, em um primeiro momento, os desdobramentos da crise do final dos anos 1970 e as estratégias do capital para reesta-

4 Entendido como um modelo de organização do trabalho que se expande no período posterior à Segunda Guerra Mundial, em que se ampliou uma série de inovações tecnológicas e organizacionais já em curso no século XX. A base de produção era centrada em produtos homogêneos, rígida linha de montagem, maior número de trabalhadores no processo produtivo, máquinas especializadas, rotinas de trabalho padronizadas e, ainda, sem exigência de qualificação do/a trabalhador/a. Promoveu inovação ao incutir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados.

5 O modelo keynesiano pode ser entendido como as concepções que se expandem no período posterior à Segunda Guerra Mundial (século XX), nos países de capitalismo avançado, cujo eixo está nas mudanças na economia e na intervenção incisiva dos Estados na regulação social, assumindo a proteção social em sua plenitude.

belecer essa taxa de lucratividade, acarretando o aumento da informalidade, do subemprego e da precarização das formas de trabalho e suas relações.

Em seguida nos deteremos na análise de como o neoliberalismo se coloca como base para o reestabelecimento de lucros e como isso tem incidido sobre a classe trabalhadora, principalmente com relação às políticas sociais que a partir desse novo direcionamento do Estado tomaram por consequência outro caráter.

3.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RETROCESSO DE DIREITOS

A crise estrutural experimentada pelo capital a partir da década de 1970 do século XX exige readaptações e reestruturações para buscar a recomposição da taxa de lucratividade e novas formas de acumulação.

Essa crise resulta do esgotamento dos “anos dourados” da acumulação capitalista, que teve como base o modelo fordista de produção atrelada ao modelo keynesiano, cedendo lugar à lógica da reestruturação produtiva, embebida pela ideologia neoliberal como mecanismo de superar a lucratividade decrescente, retomando a elevação da taxa de acumulação. O referido período foi caracterizado pela produção em massa, associado ao crescimento dos gastos, promovendo um patamar de consumo antes inexistente para a classe trabalhadora, com expansão de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas.

Isso só foi possível devido ao aumento da lucratividade do capital que, em momento posterior de crise e estagnação, apontou como alternativa a reestruturação produtiva e a pragmática neoliberal, incidindo no retrocesso dos ganhos materiais da classe trabalhadora e das políticas sociais.

O capital sem saída para tal situação usa um dos suportes do sistema de regulação social: acusa o movimento sindical, responsabilizando-o pelos gastos públicos e, ao mesmo tempo, introduzindo algumas alterações que se opõem às utilizadas nos “anos dourados”, modificando o circuito produtivo fordista/keynesiano para uma produção e acumulação mais flexíveis.

A resposta do capital à superação da crise, com vista à sua autorreprodução e acumulação, foi contundente para a classe trabalhadora. Como diz Paniago (2010, p. 116), “a recuperação das taxas de lucratividade em queda levou o capital a uma corrida incessante à busca de aumentos de produtividade e, por consequência, à redução dos postos do trabalho vivo, acentuando a tendência ao desemprego estrutural”.

Dessa forma, as novas formas de produção atingem diretamente as condições de trabalho, aumentando a precarização das condições de vida dos trabalhadores e acentuando o desemprego e a informalidade trabalhista.

Tal contexto expressa o retrocesso nas relações de trabalho, o qual colide com o interesse do capital, uma vez que esse modelo tem como base a exploração, como o sustentáculo da ampliação dos lucros. Como defende Paniago (2010), o capitalismo é um sistema de produção voltado para a expansão e acumulação do capital, ultrapassando todas as barreiras humanas, sociais e naturais que se colocuem em seu caminho.

Assim, a reestruturação produtiva implementada pelo capital desencadeou profundas e severas alterações nos processos e relações do trabalho, ocasionando perdas significativas para a classe trabalhadora. Ressaltamos que, nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas implica no mecanismo de acionar formas de extrair o trabalho não pago, ou seja, formas de produzir a mais-valia e, no momento de crise, o ônus recair fundamentalmente sobre a classe trabalhadora.

A atual lógica de acumulação capitalista se investe ideologicamente na retórica do trabalhador por conta própria, do tempo livre e da possibilidade de construir o próprio horário e ser seu próprio patrão. O reforço e o enaltecimento da informalidade do trabalho se traduzem na possibilidade de cada trabalhador se “virar no mercado de trabalho”, sob quaisquer condições, em muitos casos de forma degradante.

A esse propósito, Tavares explica:

Nesse contexto, sob o discurso da autonomia e da independência, cria-se a configuração de um trabalhador livre, que não tem patrão, que não precisa de sindicatos, que na arena do mercado é um agente econômico que vai ao encontro de outros em condição de igualdade. Essa perspectiva fomenta o empreendedorismo, a empregabilidade, a pequena empresa, o trabalho por conta própria, as potencialidades dos serviços, os arranjos produtivos locais, nas tentativas de obscurecer limites objetivos, para os quais o capital já não pode criar postos de trabalho sem atingir suas taxas de lucro (TAVARES, 2009, p. 3).

O que antes, nos anos dourados, parecia “controlável” adquire outras dimensões, principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora e aos seus direitos. A crise do capital, que tomou dimensão estrutural nos últimos anos, a todo instante tenta solapar do trabalhador os direitos deste em busca de maior taxa de lucros. Vamos nos deter adiante nas posturas estatais para garantir ao capital essa “inviolação” de lucros.

3.3 REORDENAMENTO ESTATAL: AVANÇO PARA O CAPITAL E RECUO PARA OS TRABALHADORES

Pode-se entender o neoliberalismo como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, como forma de superação da estagnação econômica do fim dos denominados “anos de ouro” do capital.

A partir de 1980 a maior parte dos governos passaram a assumir os ideários desse tipo de gestão que possibilitava a flexibilização e globalização política e econômica, a redução por parte do Estado nos investimentos sociais, o retrocesso dos movimentos sindicais, bem como o aumento do desemprego, a privatização de serviços, sobretudo em empresas estatais, e o retrocesso de grande parte dos direitos alcançados pelos trabalhadores.

Segundo Soares (2003), essas reformas de cunho neoliberais acabam por realizar um verdadeiro “desastre social”. É que o Estado passa a se desresponsabilizar pela área social com a justificativa de crise do capital. Entende-se, portanto que a ofensiva destrutiva das políticas sociais é na verdade resposta uma às determinações econômicas.

É um Estado que se minimaliza no social, subordinando sua atuação às exigências da rentabilidade do capital. Assim, preside a sua atuação no social por uma lógica contábil-financeira, transformando-a numa mera questão técnica de custos do Estado, ou melhor, numa questão contábil (CARVALHO, 2007, p. 8).

Nesse quadro, cada vez mais se destroem as bases da política social universal, que defenda o direito ao acesso de todos, aliando assim a retração dos investimentos estatais à responsabilização do indivíduo por suas carências, reforçando por sua vez o discurso tão vigente atualmente a respeito da solidariedade humana.

No Brasil, essa submissão do Estado aos ditames da economia mundial perpassa os últimos 15 anos. Começa pela breve permanência de Fernando Collor de Mello na presidência, caracterizada pela corrupção e desorganização no Estado. Em seguida, tem-se Itamar Franco que pregava a solidariedade entre estado e sociedade civil para a estabilização econômica do país e, conseqüentemente, a desresponsabilização no provimento das políticas sociais e garantia dos direitos constitucionais. Prevalece a priorização na questão econômica e o sucateamento dos serviços públicos.

Porém foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que se efetivou o projeto do capital financeiro e internacional com direção contrária aos interesses da classe operária, garantindo a inviabilidade do projeto social previsto na constituição de 1988. Dentre algumas medidas do seu governo é preciso destacar as maciças privatizações de empresas públicas, a reforma previdenciária que atingiu diretamente a classe trabalhadora, a redução dos investimentos na área social e a crescente focalização das políticas públicas.

Essa direção econômica e política tem continuidade no governo de Lula e Dilma, pela manutenção da política de estabilização econômica, marcada pelo reforço ao populismo, mas, sobretudo, sem deixar de atender às demandas do capital.

O que se nota, portanto, é que as políticas sociais brasileiras imprimem um caráter conservador direcionadas à seletividade e à focalização, sempre em uma direção compensatória e com enfoque nos programas de distribuição de renda, cuja característica é apenas minimizar uma situação preexistente. Tais programas diminuem os índices de pobreza, mas não propiciam a redução da desigualdade social. Deste modo, a direção política assim assumida distancia os princípios de universalidade e igualdade de acesso.

As políticas sociais entram nesse cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são paternalistas, geradoras de desequilíbrios, custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, que aos poucos [...] vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital (NETTO, 1993 apud BEHRING, 2008, p.64).

O que se vê no cenário atual, portanto, é a privatização das políticas sociais, no que diz respeito à apropriação privada delas, sucumbindo assim o seu caráter público. A saúde e a educação, por exemplo, que seriam um bem público, tornam-se privadas, disponíveis para a compra no mercado.

Nesse sentido, Pereira (2010) afirma que existem dois principais fatores para essa inversão, a saber: a disseminação da ideologia neoliberal de que os direitos sociais não são de fato direitos, pois dependem diretamente das condições objetivas difíceis do Estado que as financia e a abdicação do Estado de suas responsabilidades como garantidor de direitos.

Prevalece, assim, a lógica de que o setor privado atende as necessidades dos trabalhadores e o Estado e as instituições filantrópicas privadas, com ênfase nestas, atendem minimamente as necessidades emergenciais daqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho. A esse respeito um exemplo contundente dessa dinâmica é a ampliação de vagas nos hospitais filantrópicos que crescentemente acontecem todo o ano, financiadas pelo Estado.

Segundo o Ministério da Saúde serão destinados mais de R\$ 2 bilhões por ano para aumentar o número de leitos nos hospitais (BRASIL, [2013]) filantrópicos. A previsão para o ano de 2013 é realizar essa parceria com mais de 200 hospitais, gerando impacto financeiro de R\$ 305,7 milhões/ano. Percebe-se, claramente, a transferência dos recursos públicos e da responsabilização do Estado na oferta de serviços para o setor privado.

O mesmo tem acontecido com a educação em relação aos investimentos feitos pelo governo à iniciativa privada por meio dos programas de inserção dos estudantes nas instituições de Ensino Superior privadas como forma de remediar a falta de investimento e de ampliação na educação pública, o que na verdade é

uma estratégia estatal para favorecer as “grandes corporações” da educação, isto é, o capital. Um exemplo disso é a Lei nº 12.791, assinada pela presidente Dilma Rousseff e publicada no dia 1º de março de 2013 no *Diário Oficial da União* que destina ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) o crédito extraordinário de R\$ 1.683.716,400 para financiar estudantes matriculados em instituições privadas, precarizadas e de baixa qualidade de Ensino Superior.

Outros exemplos em que não nos deteremos de forma aprofundada são os fundos de pensões e a privatização dos hospitais por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Tudo isso aponta as investidas do capital sempre em busca de mais lucros e as transformações e rearranjos estatais para fornecer as bases dessa exploração. Infelizmente essas práticas atingem negativamente a classe trabalhadora que cada vez mais passa pelo processo da descaracterização das políticas sociais como direito e volta ao perfil clientelista e paternalista para aqueles que não possuem condições objetivas de pagar por elas.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo, após passar pela estagnação financeira do final dos anos XX, buscou métodos para recompor a sua taxa de lucratividade. Os meios utilizados para isso foram a reestruturação produtiva, a mundialização e financeirização do capital e as investidas neoliberais.

O Estado tomou partido desta última medida, deixando de lado o seu caráter interventor, absorvendo o discurso neoliberal de que a culpa da crise eram os gastos excessivos oriundos dessa intervenção. Dessa forma, passou a tomar uma série de medidas no sentido de garantir ao capital o subsídio necessário para a obtenção de lucros.

Essa mudança por parte do Estado refletiu incisivamente sobre a classe trabalhadora, pois houve um processo de diminuição nos gastos públicos com o social que passou a injetar robustos volumes de recursos na iniciativa privada.

As políticas sociais foram o principal alvo dessa transposição, pois perderam seu caráter universal garantido nos períodos de bem-estar social e passaram a ter um viés focalizado, seletivo, que visa apenas a medidas paliativas para os casos mais emergenciais.

No Brasil essas medidas começaram a ser adotadas a partir do governo de Fernando Collor, porém tomaram proporções ainda maiores na era FHC, com um caráter mais “popular”, mas não menos incisivo nos governos Lula e Dilma.

Desse modo, o cenário visto atualmente é de completa desregulamentação dos direitos sociais, que cada vez mais perpassam a lógica mercantilista: aqueles

que podem pagar para satisfazer as suas necessidades e os que ficam, na maioria, das vezes à margem desse processo, já que nessa conjuntura tudo é direcionado somente para solucionar os casos de extrema necessidade.

Esse cenário configura, portanto, a constante transformação do capital para sobressair de suas estagnações econômicas e os rearranjos estatais para possibilitar as bases desse processo, que atualmente tem refletido sobremaneira no planejamento e execução das políticas sociais, e consequentemente atingem a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Entenda como o MS irá ampliar o atendimento e recuperar finanças das santas casas**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/servicos/32513-infografico-entenda-como-o-ms-ira-ampliar-atendimento-e-recuperar-financas-das-santas-casas.html>>. Acesso em: 9 set. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.791, de 28 de março de 2013. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.683.716.400,00, para o fim que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12791.htm>. Acesso em: 9 set. 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinto de. **Reorganização do Estado brasileiro na contemporaneidade: desafios das políticas públicas como direito de cidadania**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. A crise estrutural do capital, os trabalhadores e o Serviço Social. In: COSTA, Gilmaísa Macedo da; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (Org). **Crise contemporânea e Serviço Social**. Maceió: EDFUAL, 2010. p. 111-126.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política Social do Segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 11, 2010.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. Liberalismo e Neoliberalismo: semelhanças e diferenças. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009.